

Sistema híbrido está na origem da crise

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não deve passar desta semana a decisão da Assembléia Nacional Constituinte sobre o sistema de governo. Ao contrário do que poderia parecer, não se discute entre parlamentarismo e presidencialismo. Em debate está o presidencialismo, de um lado, mas, de outro, um sistema híbrido, confuso e destinado a não funcionar. Por quê? Porque mesmo a última versão desse "parlamentarismo" caboclo, a emenda Egdio Ferreira Lima, determina que as eleições de presidente da República sejam diretas. O sucessor de Sarney emergirá das urnas, possivelmente este ano, num sofisticado processo de votação em dois turnos. Precisarão contar, de forma obrigatória, com a metade mais um dos votos do eleitorado nacional. Coisa em torno dos 40 milhões. Mas, se tiver sido aprovado o "parlamentarismo", receberá apenas as funções de chefe de Estado, com alguns poderes a mais do que representar o Brasil. Nada poderá fazer, já que a chefia do governo caberá a um primeiro-ministro, indicado pela maioria parlamentar.

É nisso que se situa o germe da crise violenta e evidente a seguir-se. Porque o novo presidente sairá de uma campanha acra, até virulenta, onde estarão depositadas as esperanças populares. Precisarão prometer mundos e fundos, apresentando programas, metas e objetivos definidos. Mais do que isso, reunirá o anseio tantas vezes reprimido, da população, de eleger o seu presidente. Para quê? Para nada, na melhor das hipóteses. Na pior, para começar a contestar o novo sistema antes mesmo de vestir a faixa presidencial.

Vai dar bolo, se deputados e senadores optarem pela revogação do presidencialismo, e nem se fala, hoje, das raízes culturais e da tradição republicana, a indicarem a permanência desse sistema. Nem se trata de discutir o parlamentarismo, que, em muitos países, tem dado certo e servido de anteparo a crises e convulsões institucionais. Bem implantado, esse sistema poderia vingar, entre nós, obviamente depois de amplo debate nacional e com sua vigência subordinada a um plebiscito. Jamais de supetão, a toque de caixa, e, muito pior, nunca pela metade, da forma canhestra como vem sendo pretendido. Só por milagre as instituições deixarão de se pôr em frangalhos caso tenham um presidente eleito pelo voto direto e incapacitado de agir, a braços com a ação de um primeiro-ministro não eleito mas obrigado a governar.

É nisso, e só nisso, vale repetir, que se situa o portal da crise. Os "parlamentaristas" conseguiram impor sua tese no projeto preparado pela Comissão de Sistematização levados por um interesse específico: limitar os poderes do presidente José Sarney e transformá-lo numa rainha da Inglaterra por ha-

ver frustrado as expectativas gerais, assumindo o lugar que era de Tancredo Neves. É claro, também entrou na equação a volúpia do mando, até parcialmente justificada. Depois de 21 anos de humilhação e marginalização, o Congresso vislumbrou a oportunidade de virar o jogo e assumir amplas parcelas de poder.

O problema é que os "parlamentaristas" não tiveram coragem suficiente para propor a solução completa, o que os teria transformado em parlamentaristas, sem gaps. Mantendo as eleições presidenciais diretas, com medo da inevitável reação popular, imaginaram disfarçar o impacto de seu perdedeiro golpe branco.

Históricos defensores do sistema parlamentar de governo, como o ministro Paulo Brossard, da Justiça, nem quiseram chegar perto. Repudiam essa fórmula. Declararam-se, desde o início, contrários à meta-sola, pior do que a imposta em 1961, na calada da noite. Naquele tempo, pelos menos, a solução era clássica. Previam eleições presidenciais pelo Congresso, quando chegasse a hora de suceder a João Goulart, hipótese não verificada por conta da revogação do sistema, em 1963.

Continuam difíceis os prognósticos. Em sua consciência, não dá para arriscar se vence o presidencialismo ou se prevalece o "parlamentarismo". Os dois lados apregoam vitória, e, até o final da semana, muitos entendimentos serão tentados. É justo que cada um procure sensibilizar o outro, ainda que pareça difícil, para não dizer impossível, o encontro de uma solução intermediária. Perdem terreno as propostas que falam num presidente da República chefe de Estado e chefe de governo, convivendo com um primeiro-ministro indicado e demitido pelo Congresso. Seria loucura, como bobagem também seria criar a figura de um primeiro-ministro totalmente subordinado ao presidente da República. Nesse caso, bastaria trocar de denominação a chefia do Gabinete Civil.

A decisão, assim, sairá para o presidencialismo ou o "parlamentarismo". Como será tomada conjuntamente com a questão do mandato de José Sarney, mais se enrola e complica o processo. Tanto presidencialistas quanto "parlamentaristas" se encontram divididos. Lá e cá, uns querem quatro, outros querem cinco anos, para o atual presidente.

Ontem ainda se conversava muito, no palácio do Congresso e adjacências. Os "parlamentaristas" desenvolvem intensa blitz e até adotam o perigoso "já ganhou". Os presidencialistas dão os retoques finais à emenda Humberto Lucena, que aumenta os poderes do Congresso. Salvo milagre, a questão se decidirá no voto, abrindo-se outra perspectiva sombria, a de nenhum dos lados alcançar o apoio de 280 deputados e senadores. Nesse caso, buscar-se-á saída nova. Que tal tentarem a monarquia?